

NORTE E SUL: DOIS ESTUDOS DE CAMPESINATO*

Lúcia Helena de Oliveira Gerardi**

INTRODUÇÃO

Pensar no campesinato nos termos de Chayanov (1974) ou Tepicht (1973), no Brasil, no final da década de 80 é, no mínimo, assumir riscos.

Riscos que se originam no próprio uso do termo "camponês" (e no pré-conceito a ele associado) passam pela questão do modo de produção e época sob o qual o objeto de análise se situa e deságuam no risco maior de uma análise maniqueísta e, por isso mesmo, transpassada por um viés metodológico que pode funcionar como uma "camisa de força" para a compreensão deste segmento do setor agrícola.

Com plena consciência destes riscos e, mais ainda, da relativa superfície no conhecimento da obra desses autores, busca-se, numa tentativa, utilizar o referencial teórico por eles fornecido para a análise de estudos de caso de economias camponesas no Esta-

do do Acre (Norte) e no Rio Grande do Sul (Sul).

Procurar-se-á, dentro do assunto, focar conceitos, segundo a proposição teórica daqueles autores, buscando sua expressão concreta na realidade do agro brasileiro, avaliando a extensão de sua aplicabilidade no sentido de dar conta ou contribuir para o entendimento da questão da pequena produção ou produção camponesa.

A QUESTÃO CONCEITUAL FUNDAMENTAL

A polêmica que tem sido mantida entre autores brasileiros sobre a questão ideológico-metodológico-semântica, "camponês/pequeno produtor", é antiga, de mais de duas décadas. A divergência de opiniões permanece e se amplia com a introdução de novos termos ou novas interpretações para os mesmos conceitos. Wanderley

* Recebido para publicação em 03 de julho de 1989.

** Professora Assistente Doutora da Universidade Estadual Paulista — UNESP do Instituto de Geociências e Ciências Exatas — IGCE do Departamento de Planejamento Regional e pesquisadora do Conselho Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico — CNPq.

(1985) trata do assunto em extensão e profundidade.

Considerando que este trabalho não tem por objetivo discutir o conceito de camponês, remete-se o leitor interessado à abundante bibliografia sobre o assunto, como é o caso de Shanin (1971, 1974, 1975, 1980), Harrison (1975), Lehmann (1980), Archetti (1978), Patnaik (1979), Feder (1977/8), Heynig (1982), Kerblay (1971), Thorner (1981), entre outros.

Uma vez tomado o partido teórico que admite o campesinato, colocam-se questões do tipo:

O que é um camponês? Quando um camponês deixa de sê-lo? O que limita, que critérios definem, que características discriminam um camponês enquanto tal?

Porém, nas palavras de Shanin (1980)... *a simples questão "os camponeses existem?" seria obviamente tola se colocada e reificada em seu conteúdo: não discutimos aqui a realidade imediata, mas uma generalização, ligada a um modelo conceitual — uma simplificação e uma formalização significativamente seletivas, com o propósito de melhor compreensão (p. 75).*

Disto se deduz a importância da especificação e operacionalização do conceito "camponês" porque, em primeiro lugar, especificar um conceito, qualquer que seja ele, coloca o pesquisador frente à questão teórico-metodológica e o obriga a declarar, através da escolha, sua opção.

A operacionalização do conceito, mais especificamente, estabelece limites analíticos e baliza (restringindo) o universo a ser pesquisado, ao mesmo tempo que permite o reconhecimento dos sujeitos de interesse do trabalho, através dos critérios de pertinência estabelecidos.

Assim, neste trabalho, admite-se partir dos seguintes entendimentos:

1. Que camponês é o trabalhador rural que pertence a um grupo social-econômico que se caracteriza por ser uma empresa de caráter familiar, parcialmente mercantil, que representa a unidade essencial de produção e de consumo;

2. Que a empresa familiar camponesa é uma unidade econômica cuja renda é resultado do trabalho conjunto dos membros da

família, no próprio estabelecimento ou fora dele, nas atividades agrícolas ou em outras atividades (como o artesanato ou o trabalho sazonal), sendo, porém, as atividades de cultivo e criação sua principal fonte de recursos;

3. Que, ao mesmo tempo, a empresa familiar camponesa é uma unidade de consumo, cujas necessidades são avaliadas no interior desta unidade, segundo critérios subjetivos, e em função das quais (necessidades) é organizada a produção e a divisão do trabalho;

4. Que, dado o fato de que na economia camponesa inexistente salário, a dimensão do valor do trabalho é dada pela satisfação das necessidades familiares que passa pela auto-exploração a que se submetem seus membros;

5. Que, dado que na economia camponesa inexistente o objetivo de lucro, inexistente ou é mínima a possibilidade de acumulação (Chonchol, 1986, 1987; Heynig, 1982; Wanderley, 1987).

Esclarece-se que o uso do termo "empresa" é feito segundo o significado que lhe atribui Chayanov (1974, p. 35) quando, falando sobre sua teoria, diz: "tal es la génesis y tal la esencia de nuestra teoría de la unidad económica campesina vista como una las formas de organización de las empresas económicas privadas" (grifo no original).

No mesmo sentido, Mendras (1970, p. 96) afirma que "La famille et la entreprise coincident: le chef de la famille est, en même temps, le chef d'entreprise." "Dans la plupart de ses activités, le paysan est l'un et l'autre et il vit sa vie professionnelle et familiale comme une totalité indissociable".

Ainda Tepicht (1973, p. 19), falando sobre a natureza da economia camponesa, aponta a existência "...à l'intérieur de l'unité de production, (de) la symbiose de l'entreprise agricole avec l'économie domestique...".

David Lehmann (1980), em seu excelente trabalho sobre as perspectivas de Chayanov e Lenin sobre a economia camponesa, diz que "...la classe, en el sentido marxista, es importante para el análisis de lo que eventualmente le sucederá al campesinato, pero no es un concepto adecuado para respon-

der muchas preguntas cruciales. El concepto de empresa puede ayudar a penetrar la heterogeneidad de las relaciones agrarias'' (p. 12). Mais adiante, Lehmann coloca que *''... la teoría de Chayanov es una de empresas campesinas y relaciones de mercado en a cual las relaciones técnicas internas de producción a nivel de la unidad de producción no reciben un sitio primordial''* (p. 12).

Dentro desta ótica, pretende-se examinar dois estudos de caso, realizados por geógrafos, não precisamente com o mesmo referencial teórico, procurando verificar até que ponto, mesmo sem conhecimento da proposta conceitual daqueles autores e sem mencionar o termo "camponês", os estudos desembocam na revelação, a partir da realidade, das características essenciais daquele personagem.

Procurar-se-à responder às seguintes questões:

a) até que ponto é possível aplicar conceitos formalizados no final do século passado e início deste, tendo por espelho uma economia e sociedade socialista européias, num país latino-americano capitalista dependente, na década de 80;

b) até que ponto é possível entender o campesinato brasileiro mercantilizado utilizando conceitos formulados para um campesinato tradicional;

c) com que lógica e com quais estratégias lida o grupo em questão para garantir sua permanência.

OS ESTUDOS DE CASO

Para avaliar os casos em estudo procurar-se-à levantar em cada um os seguintes aspectos:

— dimensão física do estabelecimento/imóvel;

— dimensão econômica e relação entre produção e consumo e autoconsumo e venda;

— importância relativa do trabalho familiar e capacidade de absorção da mão-de-obra da família no interior da propriedade;

— tipos e sistemas de cultivo, produtos principais e manejo;

— consciência camponesa ou nível de auto percepção do indivíduo como camponês.

A PEQUENA PRODUÇÃO NO ESTADO DO ACRE (CALAÇA, 1983)

O autor considera a pequena produção (que não chama de produção camponesa) como resultante *da expansão do capitalismo no Brasil, sendo elemento importante no processo de acumulação de capital, justamente por se caracterizar como forma de relações não-capitalistas mas inseridas no movimento do capital* (p. 48) e a define como *aquela realizada por produtores que tenham a posse ou a propriedade da terra e dos instrumentos de trabalho, empregando mão-de-obra familiar, recorrendo esporadicamente à ajuda de terceiros* (p. 57).

Estudando a pequena produção no Estado do Acre, mais precisamente na sua porção oriental, o autor constata que, dentro da economia da borracha, é vedada a produção de gêneros alimentícios pelo seringueiro, não dando margem, a não ser em épocas de crise aguda, ao aparecimento da pequena agricultura ou agricultura de subsistência.

A economia de subsistência no estado tem como marco constitucional o estabelecimento da colonização em terras do antigo seringal Empresa, em 1941. Por esta época, a produção do arroz, feijão, milho e mandioca é feita dentro do sistema de cultivo intinerante indígena.

As crises nos seringais e, mais recentemente, as políticas governamentais, dão contornos novos e novas dimensões à pequena produção acreana que se concentra, hoje, em grandes Projetos de Assentamentos Dirigidos na área estudada. Nestes, os parceiros exploram áreas de terra de tamanho entre 50 e 100 hectares, sob supervisão de entidades governamentais como o INCRA e a COLONACRE.

Além dos produtos de subsistência e autoconsumo, os colonos são orientados ao cultivo de produtos comerciais tais como café, cacau e a própria seringueira, o que leva o autor a afirmar que *a pequena produção surge no Acre subordinada ao capital mercantil, agora como antes, submetida a um sistema de intermediação no processo*

de comercialização, semelhante ao sistema de aviação que prevalece no extrativismo (p. 130).

Ainda permanece o sistema de rotação de cultivos com pousio, segundo uma seqüência arroz/milho-feijão no primeiro ano, mandioca/milho no seguinte e pousio em seguida.

A produção obtida abastece a família e, em havendo sobra de consumo, é comercializada na região. A produtividade é extremamente baixa, dado o baixo nível de emprego de tecnologia. Além da produção vegetal, aparecem como atividades secundárias de subsistência a pecuária de pequeno porte e a avicultura.

Com relação à produtividade do trabalho, o autor afirma que *a relação entre o valor da produção e o número de trabalhadores, resultou na produtividade do trabalho que representa a remuneração da mão-de-obra* (p. 184, grifo meu).

Observando que 91,2 por cento dos trabalhadores recebem menos de dois salários mínimos, segundo seu critério de cálculo, o autor mostra a *evidente baixa remuneração do trabalhador rural nas pequenas propriedades, cuja produção não possibilita uma remuneração capaz de permitir investimentos de forma a melhorar as condições de vida e ampliar a produção dentro da propriedade* (p. 184).

O autor constata a dominância absoluta do trabalho familiar no desempenho das atividades agrícolas, afirmando que *as áreas cultivadas refletem as condições de cultivo da terra bem como a disponibilidade de mão-de-obra na propriedade* (p. 186). Percebe-se, segundo o autor, que a densidade de mão-de-obra por hectare cultivado é maior nas propriedades com menos de 50 hectares.

Existe, segundo dados coletados pelo autor, um certo ajustamento da mão-de-obra disponível na propriedade, ao tamanho da área cultivada, variando este em função da quele.

A força de trabalho não transferível (mulheres e crianças) tem grande participação nas atividades agrícolas, participação esta crescente, dado o fato de que os homens em idade produtiva aproveitam a expansão dos projetos agropecuários para a venda de

sua força de trabalho para a derrubada da mata, diversificando, assim, as fontes de renda da família e complementando o orçamento familiar.

A parte da produção que é comercializada geralmente o é com marreteiros que, apesar de explorarem o produtor, são vistos por ele com simpatia, estabelecendo-se entre eles relações afetivas, além das comerciais.

O colono percebe sua fragilidade econômica quando declara seu medo em recorrer a financiamentos ou em mudar seu sistema de cultivo e, assim, acomoda-se à precariedade de suas condições de vida.

Conclui o autor que o colono acreano *não deixa de ser um proletário travestido de proprietário — um trabalhador para o capital* (p. 216).

A PEQUENA PRODUÇÃO EM EREXIM — RS (PIRAN, 1982)

Tendo como ponto de partida a abordagem da pequena produção segundo caracterização de Graziano da Silva (1978), o autor estuda o assunto, tendo por referência factual o município de Erexim, antiga colônia de imigração, predominantemente italiana, implantada pelo governo do estado em 1908.

O Governo facilita grandemente a compra e ocupação deste território, pois parte do proletariado, tornando-se proprietário, alimentaria a esperança dos demais de também o serem, um dia. Além disso, sair da miséria proletária da Europa ou do espectro da pobreza em Caxias e Guaporé para se tornar proprietário em Erexim, ter sua casinha, sua roça, seus porcos, bois... na pior das hipóteses, jamais se morreria de fome... Haveria dignidade ... possibilidade de criar os filhos, trabalhar com eles e, quem sabe, com o tempo, comprar mais terra, estabelecer casa de comércio, até uma indústriazinha... (p. 30-31).

O apelo aos "valores camponeses" como justificativa da colonização, é claro, como demonstra o trecho citado. Por outro lado, o germe da destruição da pequena produção (ou do campesinato) é localizado pelo autor não só na ideologia da propriedade — comércio — indústriazinha, quanto, através

dela, no atrelamento do pequeno produtor às grandes empresas agroindustriais.

O estabelecimento da colônia de Erexim, com lotes demarcados de tamanho padronizado (20 a 50 hectares), resultou em propriedades cuja dimensão varia entre 20 e 100 hectares, embora o processo de parcelamento por herança e a conseqüente minifundização sejam comuns na área numa tentativa de reprodução do pequeno produtor e de resistência à proletarianização.

A concentração de terras acontece raramente e, por *fatores meramente conjunturais, safras e preços excepcionais, por exemplo, aliados ao sobretrabalho, exploração dos membros da família (geralmente mais numerosas) e poupança rigorosa, permitem a acumulação de excedentes que são reinvestidos em terras* (p. 74).

Quando há transação de terras entre herdeiros, *o herdeiro, muitas vezes, compra a parte dos demais por um preço combinado, normalmente baixo... as possíveis discordâncias são esquecidas em favor da maioria* (p. 76). Quando a transação se dá com elementos de fora do núcleo familiar, *estes normalmente pagam mais pelas terras, em virtude do interesse que têm, ou porque os agricultores que as vendem cobram mais a um estranho que a um familiar ou parente* (p. 77).

O chefe da família é quem dirige a exploração do imóvel que é quase sempre direta, dada a escassez de terras, o que as torna muito caras para arrendamento ou parceria. A disponibilidade de terras *é encontrada em algumas propriedades de maior tamanho, mas também em propriedades menores isto pode ocorrer. No primeiro caso, o proprietário, mesmo dispondo de um número de familiares normal (a média é de 5,5 pessoas por família) e, com a tecnologia disponível, não consegue explorar toda sua terra, destinando, então, parte dela à parceria ou ao arrendamento. No segundo caso, são famílias menores, com menos disponibilidade de mão-de-obra, portanto* (p. 80).

Os parceiros e pequenos arrendatários ... *são, normalmente, filhos de famílias numerosas que não conseguiram comprar um pedaço de terra para os filhos que saem da casa por ocasião do casamento* (p. 81).

A composição da mão-de-obra é essencialmente familiar (91 por cento), o assalariamento é raro e esporádico e a troca de dias de serviço é freqüente.

A mão-de-obra familiar não possui qualquer tipo de remuneração. É o chefe da família que, de acordo com os ganhos decorrentes da comercialização dos produtos, fornece os proventos necessários a todos os membros: alimentação, vestuário, saúde, educação, "mesada" em fins de semana etc. (p. 87).

A jornada de trabalho... é de sol-a-sol, não havendo preocupação com o número de horas diárias de trabalho (p. 87-88).

Há uma divisão do trabalho entre os membros da família que lega aos homens as tarefas relativas aos cultivos comerciais e à mulheres e crianças aquelas concernentes aos produtos de subsistência e às atividades domésticas, tarefas muitas vezes realizadas fora do expediente normal de trabalho, quando a mulher acompanha o homem nos cultivos comerciais.

Assim, apesar da divisão, *o que há de comum, contudo, é um sobretrabalho que jamais é computado nos custos de produção: é a mais valia que será apropriada pelo setor urbano-industrial no circuito de comercialização da produção* (p. 90).

A mecanização e tecnificação da agricultura é um fato na área, viabilizada pelo sistema de crédito. Contudo, os equipamentos, dada a exigüidade da área das propriedades, são subutilizados.

Os produtos cultivados e os animais criados apontam para a existência de uma policultura que poderá ser desdobrada em comercial (milho, soja, trigo, erva-mate e tungue) e de subsistência (demais produtos).

Esta distinção, contudo, é meramente esquemática, pois toda produção atende ao objetivo principal do agricultor: produzir, ao mais baixo custo possível, os produtos comerciais. Produzindo seus alimentos com seu sobretrabalho e o dos familiares, parte deste, bem como o custo dos alimentos, não sendo computados por ele como custos da produção, permitem-lhe chegar ao mercado com um produto de "baixo custo de produção" (p. 123).

Assim como a produção agrícola, a criação animal é bastante diversificada e

apresenta o rebanho suíno como rebanho comercial tradicional, a produção de leite como novo produto comercial e os demais rebanhos são para uso e/ou consumo domésticos, predominantemente. Também aqui, os destinos do consumo atendem ao mesmo objetivo geral de conseguir os próprios alimentos e, com isso, baratear os custos da produção de cultivos e rebanhos destinados ao comércio (p. 126).

A produção agropecuária do pequeno agricultor, portanto, é um todo em função do mesmo objetivo... (p. 126, grifo meu).

O autor finaliza constatando que o pequeno produtor tem aumentado seu nível de consciência quanto aos riscos que advêm da adoção da monocultura da soja. Por outro lado, ao nível reivindicatório, *embora na maioria dos casos, seja proprietário dos meios de produção, estes são tão escassos que o aproximam muito mais do proletário que do proprietário. Há, no entanto, uma percepção e posicionamento ainda muito ambíguas em relação a isto.* (p. 156).

A ANÁLISE

Pelo exposto nos dois trabalhos resumidos, percebe-se que a dimensão da propriedade (ou estabelecimento) não é o dado fundamental para caracterizar a pequena produção.

A não assunção da expressão "produção camponesa" para designar as situações estudadas decorre, a meu ver, mais de um certo receio de compromisso do que de restrições ao conteúdo intrínseco da expressão, já que ambos os autores, sem menção à expressão, utilizam todo seu conteúdo na análise factual. Assim vejamos:

— ambos os autores colocam no trabalho familiar coeso e no desfrute conjunto do resultado deste trabalho a característica principal da produção camponesa;

— porém há que se salientar que a tentativa de "encontrar" a categoria salário ou remuneração da mão-de-obra resulta num viés grave, já que, na ausência de informação por parte dos entrevistados, os autores procuraram estimar esta remuneração, dividindo pelo número de trabalhadores a renda auferida com a venda de produtos.

Ora, além de não receberem efetivamente parte proporcional daquela renda monetária, há que se considerar que a parte da produção consumida na propriedade não é computada nos cálculos;

— a inserção da produção camponesa no mercado de matérias-primas e produtos comerciais por excelência é apontada nos dois estudos. A característica de subordinação, principalmente ao capital comercial, é mencionada por ambos os autores e constitui o mais importante entrave à possibilidade de acumulação no segmento agrícola camponês;

— o egocentrismo quanto aos membros da comunidade ou da família e o exclusivismo quanto aos membros externos à comunidade são apontados como fato comum aos dois casos, implicando, inclusive, concessões e restrições de certa maneira "ilógicas";

— a pressão demográfica e a limitada disponibilidade de terras resultam na impossibilidade de absorção da força de trabalho da família no interior da propriedade, levando ao assalariamento externo ou à migração, sendo esta, a meu ver, a principal inadequação quando se tenta transferir o conceito de produção camponesa de Chayanov para o caso brasileiro;

— o componente demográfico que, para Chayanov, pode, num dado momento, ser fator de acumulação, nos casos em estudo é sempre desfavorável, já que a exigüidade de terras impede o pleno aproveitamento da mão-de-obra disponível;

— a mercantilização do campesinato estudado, através da produção de cacau, pimenta, látex (num caso) e trigo, soja e suínos (no outro), não lhes tira o caráter de economias familiares de subsistência e constitui, sob meu ponto de vista, estratégia de que um modo de produção dominante se utiliza para se inserir no setor dominante da economia mantendo íntegras suas características essenciais e garantindo, assim, sua permanência.

Pode-se concluir, assim, que os lapsos temporal e espacial que separam o conceito de economia/sociedade camponesa e seus desdobramentos teóricos dos dias de hoje e do campo brasileiro não são suficientes pa-

ra invalidar sua aplicação. Pelo contrário, em que pese situação econômico-social diferente, as características principais envol-

vidas pelo conceito são encontráveis na realidade do agro brasileiro, como demonstram os estudos citados.

BIBLIOGRAFIA

- ARCHETTI, E. P. "Una vision de los estudios sobre el campesinato". *Estudios Rurales Latinoamericanos*, BOGOTA, Editorial Presença, 1 (1): 7-31, 1978.
- CALAÇA, M. Características da pequena produção no Estado do Acre. Rio Claro, dissertação de mestrado, 1983, 253 p. (edição do autor em xerox).
- CHAYANOV, A. V. La organización de la unidad económica campesina. Buenos Aires, Nueva Visión, 1974, 265 p.
- CHONCHOL, J. Paysans a venir — Les sociétés rurales du tiers monde. Paris, La Decouverte, 1986, 299 p.
- _____. Notas de aula. 1987.
- FEDER, E. "Campesinistas y descampesinistas — tres enfoques divergentes (no incompatibles) sobre la destrucción del campesinato". Banco Nacional del Comercio Exterior — Mexico D. F. *Comercio Exterior*, 27(12): 1439-46, 1977 (primeira parte) — 28(1): 42-51, 1978 (segunda parte).
- HARRISON, M. "Chayanov and the economics of Russian peasantry". *Journal of Peasant Studies*, Frank Cass & CO Ltd. — London, 2(4): 289-417, 1975.
- HEYNIG, K. "Principales enfoques sobre la economía campesina". *Revista de la CEPAL*, 18: 115-42, Santiago de Chile, abril, 1982.
- KERBLAY, B. "Chayanov and the theory of peasantry as a specific type of economy". In: SHANIN, T. 1971: 150-60. Middlesex, Penguin.
- LEHMANN, D. "Ni Chayanov ni Lenin: apuntes sobre la teoría de la economía campesina". *Estudios Rurales Latinoamericanos*, Bogota, Editorial Presença, 3 (1): 5-23, 1980.
- MENDRAS, H. La fin des paysans. Paris, Lib. Armand Colin, 1970, 307 p.
- PATNAIK, U. "Neo-populism and Marxism: the Chayanovian view of the agrarian question and its fundamental fallacy". *Journal of Peasant Studies*, Frank Cass & Co Ltd., London, 6 (4): 375-420, 1979.
- PIRAN, N. A pequena produção rural em Erechim: um estudo de caso. Rio Claro, dissertação de mestrado, 1982, 161 p. (edição do autor em xerox).
- SHANIN, T. Peasants and peasant societies. Middlesex, Penguin, 1971. 448 p. (ed).
- _____. "The nature and Logic of peasant economy: I a generalisation". *Journal of Peasant Studies*, Frank Cass & Co Ltd., London, 1 (3): 63-80, 1974.
- _____. "The nature and Logic of peasant economy: II — Diversity and change, III — Policy and intervention. *Journal of Peasant Studies*, Frank Cass & Co Ltd., London, 2(1): 186-206, 1975.
- _____. "A definição de camponês: conceituações e desconceituações", Trabalho e Dominação. *Estudos CEBRAP*, Petrópolis, Vozes, 26: 43-80, 1980.
- SILVA, J. F. G. da. Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira. São Paulo, Hucitec, 1978. 209 p.
- TEPICHT, J. Marxisme et agriculture: Le paysan polonais, Paris, Armand Colin, 1973. 253 p.
- THORNER, D. "Una teoría neopopulista de la economía campesina: la escuela de A. V. Chayanov". *Cuadernos de pasado y presente*, Mexico DF, Siglo XXI editores, 94: 138-52, 1981.
- WANDERLEY, M. N. B. "O camponês: um trabalhador para o capital". *Cadernos de difusão de tecnologia*, Brasília, 2 (1): 13-78, Jan./abr., 1985.
- _____. Notas de aula, 1987.

RESUMO

O trabalho aqui resumido foi concebido a partir de uma dúvida: a aplicação da teoria sobre campesinato formulada por Chayanov (1974) e resgatada por Tepicht (1973) teria sentido no caso brasileiro? Mais especificamente, será que um pesquisador que não conhecesse aquelas contribuições teóricas, pesquisando o agrobrazileiro na década de 80, encontraria, neste seu contato com a realidade, as categorias, características e processos discutidos e demonstrados por aqueles autores? Para responder à dúvida, lançou-se mão de trabalhos de dissertação de mestrado feitos por geógrafos (Piran, 1982 e Calaça, 1983) dos quais se tinha a certeza do desconhecimento dos postulados teóricos Chayanov-Tepichtianos. A análise das dissertações realizadas em áreas extremas do país (Rio Grande do Sul e Acre), tendo por substrato intenso trabalho de campo para coleta de informações primárias, permitiu, entre outras, chegar à conclusão de que, apesar do lapso espaço-temporal que separa o conceito de economia/sociedade camponesa de Chayanov/Tepicht dos dias de hoje e do agrobrazileiro seu conteúdo teórico é perfeitamente encontrável na realidade permitindo reconhecer de maneira nítida as características intrínsecas daquele conceito nas informações coligidas em campo.

Termos para indexação: campesinato, pequena produção agrícola, Teoria Chayanoviana.

ABSTRACT

This paper was conceived from a question: the use of the peasant theory stated for A. V. Chayanov and rescued by J. Tepicht is out of sense in the Brazilian agriculture? In other words, will a researcher, concerned about the Brazilian agro in the 80's, in contact with the reality, find the characteristics and processes discussed and demonstrated by those authors? To answer this question the author focused two geographer's MSc dissertations about small holdings production certainly not based on Chayanov's theory. The dissertations, developed in extreme areas in Brazil (Rio Grande do Sul and Acre) and having in account intensive field trip, were sufficient to allow the author to conclude that in spite of the space-time gap between the peasant society and economy as stated by Chayanov and the current Brazilian peasant, the aim of the theoretical conception and the inner characteristics of the peasantry are perfectly coherent with the Chayanov's point of view.

Index terms: peasant, small holding production, Chayanov theory.